



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

PROJETO BÁSICO / TERMO DE REFERÊNCIA

1. Objeto da Contratação

Aquisição de aparelhos telefônicos IP para o TRESA.

2. Fundamentação da Contratação

2.1 Motivação

No Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina, sede e cartórios eleitorais do Estado, atualmente se adota o modelo de telefonia fixa, sendo a Oi S/A a empresa contratada. Com a evolução dos serviços prestados na área de telefonia, que hoje não estão mais limitados apenas a linhas fixas, foi identificada a possibilidade de utilização de ligações telefônicas por meio de ramais IP, ou seja, a realização de chamadas de voz usando a internet ou qualquer outra rede de computadores baseada no protocolo de internet.

Tal sistemática tem sido adotada em larga escala, tanto no setor privado quanto no público, em função da significativa redução de custos e de recursos materiais e pessoais, da flexibilidade das operações e integração com outros serviços.

A fim de permitir a comunicação correta, utilizando-se o sistema Voip, faz-se necessária a aquisição de aparelhos telefônicos IP, que permitem a comunicação de voz com o uso da internet.

2.2 Objetivos e Benefícios

Em decorrência da implantação em todas as unidades da Justiça Eleitoral, de um novo sistema de telefonia, Voip, que permite a realização de ligações telefônicas por meio da internet e não de linhas fixas, surge a necessidade da aquisição de aparelhos telefônicos IP para que seja possível o funcionamento adequado na utilização dos serviços de telefonia por meio da internet, através de um aparelho telefônico específico.

É sabido que o mercado oferece vários modelos de aparelhos telefônicos IP, porém o modelo que melhor atende a Justiça Eleitoral é o descrito nesse Projeto Básico, eis que atende aos requisitos mínimos de qualidade, segurança, durabilidade e preço compatível com o mercado.

O benefício esperado será possibilitar a realização de ligações telefônicas por meio de ramais IP, ou seja, a realização de chamadas de voz usando a internet ou qualquer outra rede de computadores baseada no protocolo de internet, através de um aparelho telefônico IP.

2.3 Alinhamento Estratégico

Instrumento estratégico setorial.

Considerando que se trata de atividade de suporte, não há alinhamento direto a nenhum objetivo estratégico, mas o mesmo constitui o meio para atingimento da estratégia da organização.

2.4 Estudos Preliminares do Objeto

Juntado aos autos do PAE 4.183/2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.5 Demanda Prevista x Quantidade a ser contratada

A demanda prevista é a mesma a ser contratada. Em levantamento realizado, chegou-se a um total de 400 (quatrocentas) unidades para colocar em funcionamento os serviços Voip, em todas as Unidades da Justiça Eleitoral.

2.6 Objetos Disponíveis

Conforme levantamento realizado nos Estudos Preliminares.

2.7 Caracterização e Composição do Objeto

Trata-se da aquisição de aparelhos telefônicos IP que atendam as seguintes características mínimas:

Telefone IP padrão SIP com duas portas Gigabit Ethernet POE, acompanhado de fonte de alimentação.

- ✓ Certificação da Anatel
- ✓ Interface:
 - Portas Ethernet 2xRJ45 10/100/1000 Mbps
 - Power over Ethernet (IEEE 802.3af), classe 2
 - Porta do telefone 1xRJ9 (4P4C)
 - Porta do fone de ouvido 1xRJ9 (4P4C)
- ✓ Áudio:
 - HD voz: aparelho HD, alto-falante HD
 - Codec de banda larga: G.722
 - Codec de banda estreita: G.711 (A / μ), G.729
 - DTMF: In-band , Out-of-band (RFC 2833) e SIP INFO
 - Viva-voz mãos livres full-duplex com AEC
- ✓ Telefone:
 - Mínimo de 1 conta SIP
 - Chamada em espera, silenciar, DND
 - Marcação rápida de um toque, linha direta
 - Transferência de chamadas
 - Rediscagem, retorno de chamada
 - Seleção de toque
 - Definir data e hora manualmente ou automaticamente
- ✓ Diretório:
 - Lista negra
 - Agenda remota XML / LDAP
 - Método de pesquisa inteligente
 - Pesquisa / importação / exportação da lista telefônica
 - Histórico de chamadas: discado / recebido / perdido / encaminhado
- ✓ Recursos de IP-PBX:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- Chamada anônima, rejeição de chamada anônima
 - Indicador de Mensagem Espera (MWI)
 - Intercomunicador, paginação
 - Conclusão da chamada
- ✓ Display e Indicador:
 - LCD gráfico de no mínimo 128x48
 - Seleção de idioma nacional
 - Identificação do chamador
- ✓ Físicas:
 - Consumo máximo de energia (PSU): 3W
 - Consumo máximo de energia (PoE): 3W
- ✓ Gerenciamento:
 - Configuração: navegador / telefone / instalação automática
 - Instalação automática via FTP / TFTP / HTTP / HTTPS para implantação em massa
 - Auto-provisionamento por HTTPS
 - Exportação de rastreamento de pacote, log do sistema
- ✓ Rede e Segurança:
 - SIP v2 (RFC3261)
 - LLDP-MED
 - NAT transversal: modo STUN
 - Atribuição de IP: estático / DHCP
 - Servidor web HTTP / HTTPS
 - Sincronização de hora e data usando SNTP ou NTP
 - UDP / TCP / DNS-SRV (RFC 3263)
 - QoS
 - SRTP para voz
 - Transport Layer Security (TLS)
 - Gerenciador de certificados HTTPS
 - IPv4, IPv6 e IPv4&IPv6
- ✓ Quantidade: **400 (quatrocentas) unidades.**

2.8 Serviços Adicionais

Não se aplica a esta contratação.

2.9 Parcelamento e Adjudicação

Considerando a natureza do objeto, não é possível o seu parcelamento. A adjudicação deve ser apenas para um fornecedor, ou seja, global, pois se trata de objeto único, cujo parcelamento não é possível, pois serão adquiridos equipamentos telefônicos IP para a Sede deste Tribunal da mesma marca e modelo.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.10 Seleção do Fornecedor

O fornecedor será selecionado conforme a existência de regularidade da empresa, bem como a disponibilidade e o interesse em fornecer o produto, nas condições estipuladas pelo contratante.

O Tribunal utilizará critérios com o objetivo de adquirir a proposta mais vantajosa, respeitando o princípio da isonomia entre os licitantes.

2.10.1 Critérios de Habilitação

Em relação à **Qualificação Técnica**, deverá ser exigido:

a) um ou mais atestados de capacidade técnica, emitidos em favor da proponente, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, os quais comprovem o desempenho de atividade compatível com o objeto deste PB/TR;

Em relação à **Qualificação Econômico-Financeira**, deverá ser exigido:

a) balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de abertura da licitação; e

b) certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica."

2.10.2 Critérios de Preferência e Desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006 e o Decreto n. 7.174/2010.

2.11 Modalidade e Tipo de Licitação

A contratação poderá ser realizada por meio de Licitação, na modalidade Pregão Eletrônico, do tipo menor preço.

2.12 Impacto ambiental

Natureza	Adequações necessárias
Infraestrutura Tecnológica	Não é necessário.
Infraestrutura Elétrica	Não é necessário.
Logística de Implantação	Não é necessário.
Espaço Físico	Não é necessário.
Mobiliário	Não é necessário.
Impacto Ambiental	Não é necessário.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.13 Conformidade técnica

Ressaltamos que, neste momento, os produtos que melhor atendem as necessidades deste Tribunal são aqueles cujas especificações estão elencadas no item 2.7 deste Projeto Básico.

2.14 Obrigações da Proponente

A empresa proponente poderá realizar visita técnica ao TRESA para conhecimento do padrão existente.

Caso a empresa opte pela realização da visita técnica, esta deverá ser:

- a) previamente agendada com a Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis, pelo telefone (48) 3251-3865, no horário das 13h às 19h; e
- b) realizada pelo representante indicado pela empresa.

A empresa que optar pela não realização da visita técnica, vindo a ser a contratada, não poderá alegar, em nenhuma hipótese, o desconhecimento do padrão existente como justificativa para se eximir das obrigações assumidas em consequência do presente certame.

2.15 Obrigações da Contratante

- a) efetuar o pagamento à Contratada, de acordo com as condições, no preço e no prazo estabelecidos no Edital; e
- b) promover, através de seu representante, o servidor titular da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESA, ou seu substituto, ou seu superior imediato, a fiscalização da execução do objeto, em conformidade com o art. 67 da Lei n. 8.666/1993.

2.16 Obrigações da Contratada

2.16.1. Entregar os produtos em, no máximo, 45 (quarenta e cinco dias) dias, contados do recebimento, pela Contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESA;

2.16.1.1. A entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESA, por meio do telefone (48) 3251 3865, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail para o endereço eletrônico aem@tre-sc.jus.br;

2.16.2. Entregar os produtos na Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESA, situada no 1º andar do Prédio Anexo do TRESA, localizada na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta;

2.16.2.1. Após recebidos, os produtos serão conferidos pelo setor competente e, se constatada qualquer irregularidade, a empresa deverá substituir os produtos apontados em até 15 (quinze) dias, contados a partir do recebimento, pela Contratada, da notificação emitida pelo TRESA;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

2.16.2.2. Estando em mora a Contratada, o prazo para substituição de que trata o subitem **2.16.2.1** não interromperá a multa por atraso prevista no item 1.11 do Plano de Fiscalização anexo ao presente Projeto Básico;

2.16.2.3. Em caso de substituição de produtos, conforme previsto nos subitens 2.16.2.1 e 2.16.2.2, correrão à conta da Contratada as despesas decorrentes da devolução e nova entrega;

2.16.3. Fornecer os produtos com garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano;

2.16.4. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto contratado, sem prévia anuência do TRESA; e

2.16.5. Manter, durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na respectiva licitação.

2.17 Custo estimado da contratação

Conforme planilha elaborada pela CCM.

3 Especificação Técnica Detalhada

3.1. Requisitos Técnicos

Os requisitos técnicos e especificações do objeto deste Projeto Básico estão descritos no subitem 2.7 "Caracterização e Composição do Objeto".

3.1.1 Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a esta contratação.

3.1.2 Código SIASG

134.988

3.1.3 Vigência

O Contrato terá vigência a partir da data da sua assinatura até o recebimento definitivo do objeto contratado.

Florianópolis, em 21 de março de 2022.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I - Plano de Fiscalização

1. Execução e Gestão do Contrato

O gestor do contrato será a Chefe da Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC.

1.1. Papéis a serem desempenhados pelos principais atores do TRESC e da Contratada

Não se aplica a esta contratação.

1.2. Dinâmica de Execução, Etapas e Cronograma

a) os produtos deverão ser entregues em, no máximo, 45 (quarenta e cinco) dias, contados do recebimento, pela contratada, do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRESC;

b) a entrega deverá ser agendada com a Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, por meio do telefone (48) 3251 3865, no horário das 13h às 19h, ou por e-mail para o endereço eletrônico aem@tre-sc.jus.br;

c) os produtos deverão ser entregues na Seção de Administração de Equipamentos e Móveis do TRESC, situada no 1º andar do Prédio Anexo do TRESC, localizada na Rua Esteves Júnior, 80, Centro, Florianópolis/SC, sem que isso implique acréscimo no preço constante da proposta.

1.3. Instrumentos Formais

A nota de empenho emitida em favor da empresa é a condição para informar do pagamento da despesa, quando da entrega dos produtos solicitados.

1.4. Prazos de Garantia

A Contratada deverá fornecer produtos com garantia (do fabricante) de, no mínimo, 1 (um) ano.

1.5. Acompanhamento do Contrato

O gestor da contratação será o Chefe da Seção de Equipamentos e Móveis do TRESC, ou seu substituto, ou superior imediato.

1.6. Recebimento Provisório e Definitivo

A empresa deverá apresentar, mensalmente, a nota fiscal dos serviços, a qual será conferida e atestada pelo setor competente:

a) o recebimento provisório ocorrerá na data de entrega do objeto contratado;

b) o recebimento definitivo dar-se-á em até:

- 3 (três) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou

- 5 (cinco) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela empresa, quando o valor total da contratação ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

1.7. Pagamento

O pagamento será feito em favor da empresa contratada, mediante depósito bancário, após o cumprimento das obrigações contratuais e a apresentação da Nota Fiscal/Fatura, desde que não haja fator impeditivo imputável à empresa.

O prazo máximo para a efetivação do pagamento será de:

- a) 5 (cinco) dias úteis após a apresentação da nota fiscal/fatura, quando o valor total contratado ficar igual ou abaixo do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993; ou
- b) 30 (trinta) dias após o cumprimento das obrigações contratuais, quando o valor total contratado ficar acima do limite que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666/1993.

Nenhum pagamento será efetuado à Contratada, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, sem que isso gere direito ao pleito de reajustamento de preços ou correção monetária.

1.8. Transferência de Conhecimento

Não se aplica a esta contratação.

1.9. Direitos Autorais

Não se aplica a esta contratação.

1.10. Qualificação Técnica

Não se aplica a esta contratação.

1.11. Descumprimento Contratual e Penalidades

1.11.1. Ficará impedido de licitar e contratar com a União e será descredenciado no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas no Edital e no contrato e das demais cominações legais, garantido o direito à ampla defesa, aquele que, convocado dentro do prazo de validade de sua proposta:

- a) não assinar o contrato ou a ata de registro de preços;
- b) não entregar a documentação exigida no edital;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) causar o atraso na execução do objeto;
- e) não manter a proposta;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- f) falhar na execução do contrato;
- g) fraudar a execução do contrato;
- h) comportar-se de modo inidôneo;
- i) declarar informações falsas; e
- j) cometer fraude fiscal.

1.11.1.1. Serão aplicados os seguintes períodos de impedimento, de acordo com a infração cometida:

a) não assinar o contrato ou não aceitar ou retirar a nota de empenho, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

b) deixar de entregar documentação exigida: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 1 (um) mês;

c) fizer declaração falsa ou apresentar documentação falsa: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses;

d) ensejar o retardamento da execução do objeto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

e) não manter a proposta, inclusive deixando de apresentar amostra do produto: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 2 (dois) meses;

f) falhar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 6 (seis) meses;

g) fraudar na execução do contrato: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 15 (quinze) meses;

h) comportar-se de modo inidôneo: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 12 (doze) meses; e

i) cometer fraude fiscal: Pena - impedimento do direito de licitar e contratar com a União e descredenciamento do SICAF pelo período de 20 (vinte) meses.

1.11.1.2. As sanções previstas nos subitens 1.11.1 e 1.11.1.1 poderão ser majoradas em 50% (cinquenta por cento), para cada agravante, até o limite de 60 (sessenta) meses, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.3. As penas previstas nas alíneas “a”, “b”, “d” e “e” do subitem 1.11.1 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, quando não tiver havido nenhum dano à Administração, conforme Portaria P n. 136/2021.

1.11.1.4. Quando a ação ou omissão do licitante vencedor ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

1.11.2. Para os casos não previstos no subitem 1.11.1, se o licitante vencedor descumprir as condições deste Edital, ficará sujeito às penalidades estabelecidas na Lei n. 8.666/1993.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

1.11.2.1. Consoante previsto na Portaria P n. 136, de 14 de outubro de 2021:

1.11.2.1.1. As infrações consideradas como leves serão penalizadas com a advertência;

1.11.2.1.2. As infrações consideradas como médias serão penalizadas com multa de 5% do valor total do contrato;

1.11.2.1.3. As infrações consideradas como graves serão penalizadas com multa de 10% do valor total do contrato;

1.11.2.1.4. As infrações consideradas como gravíssimas serão penalizadas com suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com o TRESC, por prazo não superior a 2 (dois) anos;

1.11.3. Conforme previsto no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, nas hipóteses de inexecução total ou parcial, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades:

a) no caso de inexecução parcial, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do objeto que não foi executado;

b) no caso de inexecução total, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total do objeto contratado;

c) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o licitante vencedor ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

1.11.4. As sanções estabelecidas no subitem 1.11.1 e na alínea "c" do subitem 1.11.3 são de competência do Presidente do TRESC.

1.11.5. Em conformidade com o art. 86 da Lei n. 8.666/1993, o atraso injustificado na execução do objeto deste Pregão, bem como em eventuais substituições de produtos, sujeitará o licitante vencedor, a juízo da Administração, à multa de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, sobre o valor do item em atraso, a partir do dia imediato ao vencimento do prazo estipulado.

1.11.5.1. Os atrasos de que trata o subitem 1.11.5, quando superiores a 30 (trinta) dias, serão considerados inexecução total do contrato.

1.11.5.2. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas na Lei n. 8.666/1993.